

UMA TRANS-FORMAÇÃO NA CIÊNCIA É POSSÍVEL? DESAFIOS DA COMUNIDADE TRANSGÊNERO NOS ESPAÇOS ACADÊMICOS

Data de aceite: 01/03/2024

Carina Ioná de Oliveira Torres

A temática que aborda pessoas trans envolve indivíduos que experienciam uma identidade ou expressão de gênero diferente das expectativas sociais atribuídas a eles no momento do nascimento. Esse grupo inclui transgêneros, travestis e transexuais, sendo importante destacar que dentro dessas categorias existem também homens e mulheres trans. Portanto, trata-se de indivíduos que fogem à cisgeneridade, ou seja, à vivência do gênero alinhada com as expectativas sociais culturalmente construídas e associadas à genitália de nascimento. Nesse caso, refere-se a elas como pessoas “cis”, cisgêneras ou cissexuais. É crucial compreender e respeitar a diversidade de identidades de gênero, reconhecendo a singularidade de cada experiência dentro desse espectro (Marinho; De Almeida, 2019).

Conforme destacado por autores como Rodvalho (2017), os conceitos cis e trans estão interligados e são

essenciais para desfazer a ideia de anormalidade erroneamente atribuída ao uso exclusivo do termo “trans”. Isso pressupõe que, de acordo com as normas socialmente aceitas, a condição cisgênera é considerada como o padrão de normalidade. Essa abordagem permite substituir expressões como “homem/mulher de verdade” ou “homem/mulher biológico”. Etimologicamente, enquanto o prefixo “trans” denota algo além de, para além de, ou algo que atravessa, cruza e ultrapassa; o prefixo “cis” apresenta uma oposição, indicando aquém, deste lado, permanência em um mesmo lugar, sem cruzar. Vale ressaltar que a terminologia “transgênero” foi incorporada ao discurso médico para descrever essa forma singular de existência, muitas vezes associada erroneamente a estigmas de transtornos psicológicos ou de conduta.

Ao não se conformarem com o gênero que lhes foi designado, as pessoas transgênero enfrentam violência e são expostas a estressores únicos e específicos do grupo (Silva *et al.*, 2021). A

transfobia, nesse contexto, nega direitos fundamentais, tais como acesso à saúde, convívio em seus círculos sociais e familiares, oportunidades de emprego, moradia, construção de identidade social e, evidentemente, educação formal. Este ensaio concentra-se especialmente no último ponto, explorando os principais desafios sociais, políticos e econômicos que excluem as pessoas travestis¹ e transexuais dos espaços de produção e compartilhamento de conhecimento. Além disso, abordará as perspectivas de existência das pessoas transgênero na universidade, com ênfase no âmbito científico.

Conforme destacado por autores como Bourdieu, a Ciência configura-se como um mercado particular dentro da ordem capitalista. Possui dinâmicas de distribuição de poder e ascensão aos cargos próprios (Portocarrero *et al.*, 1994). De maneira complementar, a socióloga Knorr-Cetina, denota que o produto da Ciência não pode ser entendido como algo separado das práticas que o constituem e da realidade material e histórica de seu tempo (gestão de recursos, financiamento de agências de fomento etc.) (Portocarrero *et al.*, 1994). O cientista, portanto, atua se ajustando ao ambiente para ser bem-sucedido, e não somente para entender os fenômenos aos quais se debruçam estudando. Assim, surgem as seguintes indagações: esse mercado científico atual abre margem para a inclusão de corpos trans? Onde esses corpos estão, se não na fronteira de construção de conhecimento? E será que a entrada de pessoas trans na academia científica contribui efetivamente para seu progresso? Essas questões delineiam a complexa interação entre a identidade de gênero e a dinâmica do meio científico.

No que se refere a esse último questionamento, é válido destacar a importância de considerar que fatores sociais são tão importantes quanto os internos, como lógica e os princípios “universais” da racionalidade nos quais a metodologia científica é baseada (Portocarrero *et al.*, 1994). Mesmo atualmente, a referência de Ciência que se tem é baseada no que é produzido e estipulado por países no norte global e, com isso, tem-se um produto que reflete os interesses e percepções de mundo de uma população majoritariamente branca, masculina, cis e heteronormativo, ou seja, uma parcela pouco representativa da população global.

Partindo do pressuposto que o produto da Ciência não é algo neutro, posto que seus atores são seres políticos e, portanto, possuem ideologias e interesses próprios que precedem e norteiam seu trabalho, reconhecer a necessidade de incorporar outras formas de existência na prática científica é fundamental. Uma Ciência mais diversa, composta por cientistas que fogem do padrão heteronormativo eurocêntrico, como as pessoas trans, permite o vislumbre de questões outrora negligenciadas, silenciadas, bem como propicia a soma de vivências para uma compreensão mais abrangente dos fenômenos naturais e sociais que permeiam a existência humana (Castro-Goméz, 2007).

1 O termo “travesti” refere-se a alguém designado como homem ao nascer, mas que se identifica como feminino. Anteriormente associado a conotações negativas, agora vem sofrendo ressignificação devido sua importância política.

Nesse sentido, o conhecimento científico tende a ganhar com uma maior diversidade. Ainda assim, o caminho para possibilitar o acesso de pessoas LGBTQIAPN+² no meio científico é algo distante e laborioso. Pessoas transgênero, em especial, são um dos grupos minoritários com menores níveis de escolaridade. A pesquisa de Alessandra Bohm, realizada com vinte travestis da cidade de Porto Alegre, apontou que apenas 25% das entrevistadas possuíam ensino médio completo, e somente 5% haviam concluído o ensino superior (Franco; Cicillini, 2015). Esses dados se somam aos de Farias (2021), acerca da evasão de transgêneros no Brasil, que pode chegar a 70%. Esse alto percentual provavelmente está associado a violência sofrida nesses locais, uma vez 60,2% das/os estudantes LGBTQs se sentem inseguras/os na escola em razão de sua orientação sexual, e 42,8% se sentem inseguras/os em razão de sua expressão de gênero (Lima, 2020).

Diante desse cenário, é possível observar que os espaços formais de ensino, desde a educação básica, são hostis para pessoas travestis e transexuais. A escola, como um espaço social historicamente instituído, carrega intrinsecamente determinações da sociedade que a estabelece e é uma instituição necessária para a manutenção das desigualdades que sustentam o sistema capitalista. A transfobia propagada pela escola se traduz no desrespeito à identidade e nome social, impedimento de uso de banheiro, repressão de sua expressão de gênero, ameaças de agressão e homicídio. A falta de uma rede de apoio e a necessidade de iniciar o processo de adequação de gênero (que, por vezes, é custoso financeiramente) devido ao sofrimento psíquico ocasionado pela não conformidade com seu corpo, também contribui para que pessoas transgênero rompam com a formalidade e adentrem a marginalização. Não coincidentemente, 90% das travestis e transexuais no Brasil estão inseridas no trabalho informal, atuando como profissionais do sexo (Marinho; De Almeida, 2019).

Nota-se que o acesso de pessoas transgênero à academia é dificultado desde o início de suas trajetórias escolares. Sem concluir a educação básica, as perspectivas de ingresso no ensino superior e na carreira científica se tornam praticamente inexistentes. Também, deve-se considerar que, mesmo os 25% concluintes do ensino médio regular, terão que enfrentar barreiras relacionadas ao ingresso nas universidades. Um levantamento realizado em 2018 pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), em parceria com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Estudantil (Fonaprace), apontou que travestis e transexuais representam apenas 0,1% do total de 420 mil estudantes das universidades federais no país (Lima, 2020).

São escassas as políticas públicas voltadas para compensar os anos de negligência enfrentados por essa população. No que se refere ao sistema de cotas, por exemplo, poucas instituições nacionais implementam efetivas ações afirmativas que assegurem vagas para pessoas travestis e transexuais em seus cursos de graduação e pós-graduação (Maria, 2023).

² LGBTQIAPN+ é a sigla que representa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Agêneros, Panssexuais, Não-binários e outras formas de expressão, identidade de gênero e sexualidade.

Embora não resolvam um problema estrutural, as cotas representam uma necessidade emergencial para ampliar e oportunizar o acesso dessa comunidade ao mercado formal e na visão de outras perspectivas de carreira, incluindo a científica.

Mesmo para aqueles indivíduos que conseguem ingressar no ensino superior, sua permanência é dificultada pelos mesmos desafios que atravessam as experiências de pessoas trans nas escolas. O meio científico, por sua vez, constitui um campo de competição por credibilidade e influência, muitas vezes exigindo dedicação integral dos pesquisadores. Em um contexto de desigualdades, como é o caso do Brasil, aqueles que persistem e ascendem a posições mais elevadas são frequentemente os que tradicionalmente desfrutaram de melhores condições materiais.

Diante desse panorama, uma pessoa transgênero enfrentaria constantes lembranças de que esses espaços não foram concebidos para ela, nem por ela. Desde os locais físicos baseados no binarismo de gênero, que violam os direitos fundamentais das pessoas trans, até questões pessoais, como a impossibilidade de utilizar o nome social (mesmo que, em alguns casos, instituições já tenham adotado essa prática). Isso se soma a desafios mais subjetivos, como a sensação de não pertencimento a esse meio e a percepção de não ser suficientemente capaz para competir pela permanência nesses espaços com seus pares cientistas (Viana *et al.*, 2022).

Tal cenário reforça a ideia de que pessoas transgêneras se valem de brechas no sistema para ocupar esses que são institucionalmente negados a elas. Muitos iniciam seu processo de transição de gênero após ingressarem no ensino superior, ou quando possuem certa estabilidade financeira e/ou status social (Franco; Cicillini, 2015; Marinho; De Almeida, 2019), como Leiliane Assunção, que iniciou sua adequação de gênero durante a graduação em História. Ainda assim, Leilane, que foi, possivelmente, a primeira transexual doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e professora universitária do Brasil, enfrentou percalços outrora inimagináveis para um pesquisador cisgênero, como ela mesma relata em entrevista:

“Eu vivi na UFRN 11 anos sem direito a nome social. Só tive o direito em 2011, quando aprovamos uma resolução nos conselhos superiores que dava direito a uma pessoa trans de usar nome social. Aí a pessoa diz: “está vendo, Leilane aguentou 11 anos”. Mas não sou a regra. E isso dá a ideia de que se eu aguentei, qualquer pessoa pode aguentar, e quem não aguenta é preguiçoso ou não quis estudar e estava procurando só uma desculpa. Eu aguentei e só eu sei a que preço, só eu sei as mágoas que guardei e carrego até hoje nesse processo. Sempre tendo a lucidez de que, se a escola era um lugar violento, a rua seria ainda mais.” (Duarte, 2018).

No mesmo ano que a entrevista com Leiliane foi publicada, no ano de 2018, estimava-se que havia somente 10 doutoras transexuais ou travestis formadas no Brasil (Duarte, 2018), a maioria em áreas correlatas às de Leiliane, ou seja, Ciências Humanas e Sociais (Franco; Cicillini, 2015). Não foram encontrados estudos robustos que explicassem

tal perfil, mas provavelmente tem relação com as próprias pesquisadoras transgênero e seus anseios por entender os fenômenos sociopolíticos que atravessam suas vivências e contribuir com conhecimento nesse sentido. É necessária a participação de pessoas trans produzindo material científico a respeito de sua própria condição, sendo protagonistas desse processo de construção de conhecimento sobre a comunidade transgênero, que ainda se encontra em estágio embrionário.

Ainda assim, é no mínimo intrigante o fato de que pessoas transgênero não se identificam com carreiras científicas nas áreas das Ciências Exatas e da Terra e Natureza, as *hard sciences*. Estudos como os de Sinton e colegas (2021), relatam que indivíduos LGBTQIAPN+ se sentem mais vulneráveis e receosos em expor seus gêneros e sexualidade, além de possuírem poucas perspectivas de empregabilidade em áreas relacionadas à Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (Science, Technology, Engineering and Mathematics, STEM) em comparação aos seus colegas cis e héteros. Como podemos perceber, esses são ambientes pouco representativos para essa comunidade.

Outro trabalho, realizado por Kottler, Shanebec, Collinge (2023) evidenciou que cientistas LGBTQIAPN+ e ecólogos transgênero, em geral, sentem necessidade de esconder sua identidade e autopoliciar seu comportamento para evitar a discriminação o que, por sua vez, afeta negativamente seu bem-estar mental, além de estarem sub-representados nas áreas de STEM e enfrentarem desvalorização profissional, assédio e limitações de carreira em comparação a seus colegas cisgêneros/heterossexuais. Essas áreas, portanto, podem representar uma alternativa de atuação ainda mais hostil para pesquisadores trans, e deve-se lançar luz sobre essas questões.

Este, possivelmente, constitui o primeiro passo crucial para encarar as barreiras fundamentais aqui apresentadas. No entanto, a sociedade brasileira, marcada por uma formação social influenciada pelo escravismo e patriarcado, reforça ideologias opressoras relacionadas a gênero, raça/etnia e classe. O machismo, sexismo e o sistema patriarcal impulsionam binarismos de gênero e cisheteronormatividade. Desafiando esses padrões, corpos trans se tornam alvos da transfobia, que desempenha um papel crucial na manutenção da hierarquia social e explora a condição social precária das pessoas trans, seja como mão de obra excedente ou objeto de satisfação sexual para homens cisgêneros heterossexuais (Marinho; De Almeida, 2019). Esses elementos são integrados à ordem capitalista-patriarcal, delineando a realidade enfrentada por muitas pessoas trans. Superar essa realidade requer uma abordagem abrangente que reconheça não apenas as barreiras institucionais, mas também as estruturas sociais profundamente enraizadas que perpetuam a discriminação e marginalização dessa comunidade.

Os avanços nos direitos LGBTQIAPN+ abriram caminho para melhorias no cenário universitário e científico, com algumas instituições implementando ações como: resoluções sobre nome social, cotas e treinamento para apoiar a comunidade (Viana *et al.*, 2022). Contudo, tais intervenções são incipientes diante dos desafios que os corpos

trans vivenciam na Ciência. Apesar de ser considerado vanguarda da inovação, o ambiente universitário mantém características discriminatórias para estudantes transgênero, reflexo da sociedade patriarcal na qual está inserida.

Ademais, o difícil acesso às carreiras de cunho científico também se relaciona com a própria negação do direito à educação formal, a qual é negada desde o nível básico à população trans e travesti. Por fim, cabe a seguinte reflexão: O número inexpressivo de pessoas transgênero na Ciência é resultado de um apagamento “cis-têmico” dessas vidas e, portanto, somente a superação do modelo socioeconômico que o torna possível pode, de fato, restaurar a humanidade dessa população e possibilitar que esta seja protagonista não só de sua própria história emancipatória, como também das descobertas que a humanidade provavelmente desconhece que anseia.

REFERÊNCIAS

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**, p. 79-91, 2007.

DUARTE, Rafael. **Quem foi Leilane Assunção, a primeira professora universitária trans do Brasil**. Saiba mais, 2018. Disponível em: <https://saibamais.jor.br/2018/11/quem-foi-leilane-assuncao-a-primeira-professora-universitaria-trans-do-brasil/>. Acesso em: 14 jan. de 2024.

FARIAS, João Victor Gomes de. **População trans e educação: uma análise da evasão escolar de pessoas trans e travestis em Natal - RN**. 2021. 57f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 2, p. 325-346, 2015.

KOTTLER, Ezra J.; SHANEBECK, Kyle M.; COLLINGE, Sharon K. Allyship requires action. **Frontiers in Ecology and the Environment**, v. 21, n. 4, p. 163-163, 2023.

LIMA, Tatiane. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 70-87, 2020.

MARIA, Jonas. Cotas trans: breves reflexões sobre fraudes Notícias, Revista Docência e Cibercultura, Janeiro de 2023, online. ISSN: 2594-9004.

MARINHO, Silvana; DE ALMEIDA, Guilherme Silva. Trabalho contemporâneo e pessoas trans: considerações sobre a inferiorização social dos corpos trans como necessidade estrutural do capitalismo¹. **Sociedade e Cultura**, v. 22, n. 1, p. 114-134, 2019.

PORTOCARRERO, Vera. **Filosofia, história e sociologia das Ciências I: abordagens contemporâneas**. Editora Fiocruz, 1994.

RODOVALHO, Amara Moira. Cis by trans. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 1, p. 365- 373, 2017.

SILVA, R. R. da *et al.* Minority gender stress and its effects on mental health as a risk factor for depression in transgender persons: Literature review . **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. e51610313693, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i3.13693.

SINTON, Matthew C. *et al.* Increasing the visibility of LGBTQ+ researchers in STEM. **The Lancet**, v. 397, n. 10269, p. 77-79, 2021.

VIANA, Carolina Pinto *et al.* A vivência de estudantes transgênero na universidade. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 35, 2022.